

MESMO FILME

ETA Cabrita é novamente invadida por meliantes



Como um filme de terror rodando em reprise constante, a situação de total insegurança de algumas Estações de Tratamento de Água se repete diante de uma “plateia” que insiste em ignorar o problema. Não passou-se muito tempo para que cenas de horror voltassem a acontecer em uma das nossas estações.

Na madrugada do dia 4 deste mês, a ETA da Cabrita foi novamente invadida por marginais. Além do terrorismo psicológico a que submetem o vigilante de plantão, sob ameaça constante de ser alvejado por tiros, roubaram a sua arma e seu colete. Pelo que foi passado, o mesmo se encontra com o estado emocional bastante abalado, sem condições de voltar a trabalhar naquela estação.

Tudo isso é fruto da violência desenfreada que assola o país como um todo, disso todos sabemos. Mas a precariedade

em que se encontram muitas unidades da DESO, com infraestrutura deficitária e que não dificulta o acesso de pessoas estranhas a esses locais, aliada à total falta de investimento num item primordial, que é a segurança, só piora a situação.

A presença física de um profissional de segurança habilitado, por si só, não é impedimento para que marginais venham a penetrar nas estações; mas é algo necessário. Reforçar essa presença como um dos itens de segurança é fundamental, mas é o que tem faltado nas estações.

Para piorar, sempre que se começa alguma reforma nas unidades, quando se concluem, deixam itens importantíssimos de fora, a exemplo das concertinas sobre os muros. Isso passa a impressão que a intenção da direção da DESO não é resolver o problema, e sim postergá-lo para um futuro sempre incerto. Não é assim que se deve dirigir uma grande companhia.

DESO

Por solicitação do SINDISAN, ALESE fará debate em defesa da Companhia

Apesar das repetidas vezes em que Belivaldo Chagas afirmou que não há qualquer intenção do seu governo de privatizar a DESO, é sempre bom manter as barbas de molho. Já vimos esse filme antes, com o então governador Albano Franco, que traiu suas promessas e privatizou a Energiepe.

Como seguro morreu de velho, o SINDISAN já se articulou com o deputado estadual Iran Barbosa, do PT, que irá promover uma Audiência Pública na ALESE, no dia 8 de no-

vembro, para debater a importância da DESO como empresa pública para o povo sergipano.

Foram convidados para fazer esse debate Pedro Blois, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU); Pedro Romildo, secretário de Saneamento da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU); e Arilson Wunsch, coordenador da Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNSA). A direção da DESO e outras representações dos trabalhadores também serão convidados.

DESTAQUE

DESO está entre as 1000 maiores empresas do país

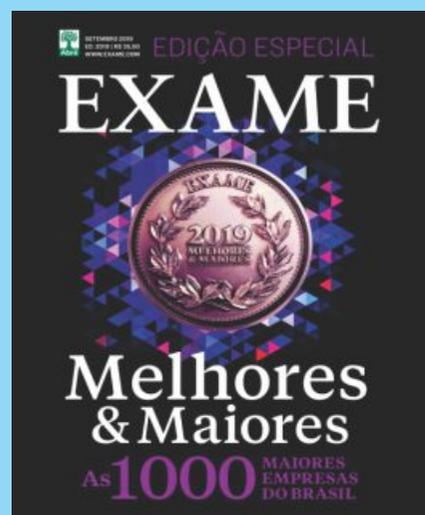
Apesar de todos os ataques à Companhia e os equívocos de muitos diretores, a DESO apareceu no ranking da Revista Exame – edição especial de 5 de setembro – entre as 1000 melhores e maiores do Brasil. A DESO ultrapassou 47 outras grandes empresas concorrentes, aparecendo ao lado de gigantes de vários setores, com crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior e com valor de mais de R\$ 580 milhões.

Não há dúvida que esse crescimento se deve aos investimentos que a empresa tem feito em saneamento e na consequente melhora na prestação dos serviços, equilibrando viabilidade econômica e responsabilidade socioambiental.

Mas que fique bem claro que esse avanço só é possível por causa do trabalho qualificado do seu corpo de funcionários, comprometido com o crescimento da Companhia.

Sendo assim, fica bastante clara a desnecessidade de qualquer forma de privatização da DESO. Ela é viável. Basta o governo investir e dar melhores condições de trabalho para os seus funcionários que a empresa cresce e melhora os serviços prestados a população.

Com informações do Jornal do Dia



SÃO CRISTÓVÃO

PCCS é totalmente prejudicial aos trabalhadores do SAAE

No mês de agosto os trabalhadores do SAAE de São Cristóvão tomaram conhecimento da nova tabela salarial que querem implantar com a criação de um novo Plano de Cargos, Carreira e Salário, o que não agradou a nenhum dos trabalhadores que esperavam recuperar parte das perdas dos últimos 8 anos; ao contrário, o novo PCCS prejudica ainda mais a situação desses trabalhadores, achatando ainda mais a situação salarial da categoria.

No ano de 1998, quando foi criado o PCCS, um operador ganhava 2,89 salários-mínimos no início de carreira; já com o novo plano, esse mesmo trabalhador ganhará 1,34 salários-mínimos, praticamente a metade do que ganhava há 21 anos. É muito grande a perda desses trabalhadores. Agora se fala em fazer um novo concurso público e trouxeram uma nova tabela salarial para que fosse implantado no SAAE com o novo PCCS, só que ele ainda não foi apresentado administrativamente, e segundo informações, o que existe é tão-somente a tabela.

Como perguntar não ofende, por que não atualizar o plano da Autarquia em lugar de criar um novo? É bem mais prático, porque ele já existe no SAAE de São Cristóvão, é só atualizar com uma proposta dialogada com os trabalhadores.

Implantada a nova tabela, como se pretende, os trabalhadores passarão a ser uma das categorias mais desvalori-

zadas, com um dos menores salários do município. Por exemplo: os agentes de saúde e os de endemias têm um salário inicial de R\$ 1.250,00, e no final, chega a R\$ 2.574,91; já no SAAE, um operador de ETA no início da carreira ganha R\$ 1.089,00 e, no final, ganha R\$ 1.647,21.

Fica difícil entender como um operador de ETA possa ganhar menos que um agente de saúde ou de endemias – com todo respeito a esses profissionais –, já que a função do operador é importantíssima para assegurar água de qualidade para a população, e água e saneamento são importantíssimos para manter a saúde das pessoas. Há uma inversão de valores, com certeza! É preciso que a Administração Municipal reveja esse disparate o quanto antes.



CANINDÉ

Abelhas ameaçam os trabalhadores

Como se não bastasse a total falta de estrutura e de segurança para desenvolverem as suas atividades, os operadores da Estação de Bombeamento EB 100, em Canindé do São Francisco, agora sofrem com o risco iminente de serem atacados por abelhas, que ali nas cercanias da unidade fizeram moradia e ninguém aparece para fazer a remoção cuidadosa da colmeia.

Também é bom lembrar que de promessa quem vive é santo, pois a direção da COHIDRO já foi cobrada várias vezes por reformas tanto estruturais quanto na segurança naquela unidade – e também nas demais estações –, já que o trabalhador fica ali confinado por 24 horas, sujeito a todo tipo de infortúnio, enquanto de tudo falta, inclusive material básico de higiene. É inadmissível que coisas desse tipo ainda aconteçam na Companhia.

REFORMAS - E chega-nos a informação que as reformas das estações de bombeamento e também do escritório central de Canindé do São Francisco já começaram. Mas também chegou a informação que, embora tenham sido iniciadas as obras, o contingente de trabalhadores para a execução se resume simplesmente em um pedreiro e um ajudante, que foram transformados em “multitarefairos”, de tudo fazem um pouco: levantam paredes, põem forro, fazem a parte hidráulica, elétrica e a pintura.

E, segundo se soube, não há qualquer acompanhamento por parte do setor responsável da COHIDRO.

DE OLHO

DESO vem descumprindo cláusula do ACT

É bom os companheiros e companheiras da DESO ficarem de olho nos seus contracheques, porque a DESO vem, sistematicamente, descumprindo uma cláusula importante do Acordo Coletivo de Trabalho. Trata-se da cláusula quadragésima sexta, que trata do “Divisor de Horas Extras”.

Não se sabe por qual motivo a direção da Companhia vem descumprindo essa importante conquista dos trabalhadores – que já vigora há muitos anos no ACT –, igualando todos os trabalhadores ao divisor de horas extras em 200, independente da carga horária semanal ou da escala de trabalho.



Se for por economia, está errada duas vezes, porque não se faz economia sob trabalho que foi realizado por justa necessidade. Quando a hora extra é feita de forma correta e por ne-

cessidade do empregador, ela deve ser devidamente paga na forma acordada na legislação ou nos acordos entre os empregados e seu empregador, no caso em tela, a DESO, que deve respeitar o instrumento legítimo do Acordo Coletivo de Trabalho.

Certamente, quem tomou essa decisão sabe que, a persistir a irregularidade, futuramente a empresa terá que devolver, com juros e correção monetária, por decisão da Justiça (como já aconteceu recentemente), o direito negado dos trabalhadores. Então, que durmam com essa preocupação, porque o SINDISAN não deixará passar em branco.

MUNDO

Após alta das tarifas, portugueses querem remunicipalizar abastecimento de água

Durante a crise econômica, muitos municípios em Portugal privatizaram abastecimento de água. Diante de altos custos, agora maioria deseja que o serviço volte ao controle público. Uma cidade foi bem-sucedida.

“Nossos preços da água estavam entre os mais altos do país”, explica Hélder Sousa Silva, presidente da Câmara Municipal de Mafra. “Isso não podia continuar assim, tivemos que fazer alguma coisa!” Sua solução drástica para o problema: depois de quase 25 anos, ele remunicipalizou o abastecimento d’água para a população de sua cidade de 80 mil habitantes na Área Metropolitana de Lisboa.

Desde setembro de 2019, a água das torneiras de Mafra vem novamente da administração municipal, e ficou cerca de um terço mais barata. “Descobrimos que certos serviços estão simplesmente em melhores mãos com o Estado do que com particulares”, garante Sousa Silva, que é membro do Partido Social Democrata (PSD).

Durante os anos de crise, quando a política econômica de Portugal foi determinada em grande parte pela troika formada pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), foi justamente o partido de Sousa Silva a trabalhar intensamente em prol da privatização da água.

Em 2014, apesar de grande oposição pública, 27 municípios privatizaram seu abastecimento. Muitos teriam seguido esse exemplo, se o governo do Partido Socialista, eleito em 2015, não tivesse bloqueado outras privatizações. Até então,

sobretudo grandes empresas estrangeiras esperavam ganhar muito dinheiro com o negócio da água em Portugal.

Mafra foi o primeiro município a responder ao modelo econômico impulsionado fortemente também pela União Europeia: como a comunidade não tinha dinheiro para modernizar e expandir o sistema de abastecimento de água defeituoso e insuficiente, o então presidente da Câmara engajou uma empresa privada francesa, que recebeu um contrato de concessão de longo prazo.

“A maioria dos municípios que privatizaram o abastecimento d’água o fez durante a crise, porque não tinha dinheiro para realizar os investimentos necessá-

rios”, confirma Francisco Ferreira, da organização ambiental Zero, ressaltando que o caso de Mafra é agora uma boa ocasião para repensar e, se necessário, mudar esse modelo.

Ferreira explica que o fornecimento de água é um direito civil fundamental, que deve, em princípio, ser disponibilizado pelo Estado e pelos municípios – mas a preços que estimulem o uso responsável da água: “Com preços transparentes, ele também pode ser assumido de forma pontual por empresas privadas, mas não como regra, e sim como exceção.”

Leia mais no site da **Deutsche Welle** em português: bit.ly/2ME4wCu



▲ Cidade de Mafra, na Região Metropolitana de Lisboa, retomou o controle de suas águas

PRESTANDO CONTAS

Cumprindo com o que foi prometido durante a campanha para a vaga de representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da DESO, a Chapa 1, formada pelos companheiros Joe Igor de Oliveira, Aécio Ferreira da Silva, e Raimundo José Cardoso Filho, vencedora no pleito, mensalmente está depositando o valor líquido do jeton recebido na conta da ABCDC no Banco do Brasil (Agência 1402 – Conta Corrente 80.246-8).



▲ Há dois anos a cidade de Salgado sofria com falta de água e teve até rodízio, sendo que a DESO se comprometeu a perfurar mais poços para ajudar a abastecer a cidade e melhorar a qualidade da água. Foram perfurados dois poços, onde um seria para reforçar o abastecimento de água e o outro pra o sistema de abastecimento do Piauitinga. Depois de pronto para iniciar, no período de não mais que dois anos, a DESO simplesmente abandonou o local. Qual a explicação? Ninguém deu ainda. E como se não bastasse tudo isso, na última quinta (10), meliantes roubaram toda a fiação do poço da piscina, deixando a população de Salgado mais uma vez sem água, que só voltou na sexta-feira.

APÓS PRIVATIZAÇÕES

Com piora nos serviços, 884 empresas foram reestatizadas no mundo

Uma das pautas prioritárias do governo de Jair Bolsonaro (PSL), sob o comando do ministro da Economia Paulo Guedes, a privatização de empresas públicas brasileiras segue colecionando críticas de especialistas que afirmam que o Brasil está caminhando na contramão do mundo.

Uma pesquisa realizada em 2017 pela entidade holandesa Transnational Institute (TNI) identificou a ocorrência de pelo menos 884 casos de reestatização, entre os anos de 2000 e 2017. No total 835 empresas que haviam sido privatizadas foram remunicipalizadas e outras 49 foram renacionalizadas.

Segundo o mapeamento, a tendência se mostra mais forte na Europa, onde somente Alemanha e França respondem por 500 casos, mas é observada também em outros lugares do globo, como Japão, Argentina, Índia, Canadá e Estados Unidos. Um dos países de maior referência para o sistema capitalista, os EUA figu-

ram na terceira posição do ranking, tendo registrado 67 reestatizações no período monitorado pela TNI.

A TNI aponta que, nesses lugares, a prestação dos serviços públicos sofreu alta no preço e queda na qualidade. Nesse sentido, a presidenta da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal nas Américas (Contram), Vilani Oliveira, afirma que a perspectiva neoliberal – que dá sustentação às privatizações – contrasta com o interesse público.

“Mesmo nos países mais desenvolvidos no centro do capitalismo, embora, para eles, seja vantagem, seja negócio [a venda], pelo fato de ter lucro, quando sofrem a pressão popular, eles se veem obrigados a mudar as regras do jogo”, pontua.

O processo de reestatização de empresas públicas ganhou fôlego especialmente do ano de 2009 para cá, quando foram registrados mais de 80% dos 884 casos mapeados. Para o presidente da Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Seguridade Social, Sandro Oliveira Cezar, que acompanha com atenção o tema na esfera internacional, o marco está ligado à crise econômica mundial que eclodiu no mesmo ano.

“Prestar alguns serviços essenciais de natureza pública custa caro e só o Estado é capaz de fazer com qualidade. Com a crise, o setor privado se retira porque não consegue obter os lucros absurdos que ele sempre pretende quando vai pra essa área, como é o caso das de fornecimento de água e de limpeza urbana. Investir em infraestrutura nessas atividades custa caro e sempre é assim: o Estado faz o melhor investimento e, depois, elas [as empresas] exploram o serviço. Como isso tem um ciclo, acaba, no final da história, voltando pro Estado esse papel porque os serviços são essenciais à população”, desbrincha Cezar.

Leia a matéria completa no site **Brasil de Fato**: bit.ly/2Muvexl

SANEAMENTO

Dirigentes urbanitários estão na luta, em Brasília, contra PL do Marco Regulatório

Pelo direito à água e pelo saneamento como serviço público, dirigentes de vários sindicatos do setor e da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) estão em Brasília, no corpo a corpo com deputados federais e senadores, dialogando sobre os riscos da proposta de alteração do Marco Regulatório do Saneamento.

A semana está sendo de muita luta, numa nova peregrinação no Congresso Nacional para pedir apoio das bancadas contra o Projeto de Lei 3261, que nada mais é que uma nova versão da MP da Privatização do Saneamento, apresentada por Temer e que foi arquivada em 2018, após muita pressão do movimento sindical.

O companheiro Sílvio Sá, presidente do SINDISAN, está representando os traba-

lhadores sergipanos do setor e também a população, que têm muito a perder com uma possível privatização do saneamento e, principalmente, do fornecimento de água, na contramão do que vem acontecendo mundo afora, onde cidades e países que apostaram na privatização estão voltando atrás e reestatizando as suas companhias de saneamento (confira nas págs. 3 e 4).

“A proposta do PL 3261 é facilitar a privatização do saneamento. Caso o projeto seja aprovado, os municípios abrir as concessões para que a iniciativa privada realize os serviços de saneamento, sem discutir com a população e sem passar pelas Câmaras de Vereadores. Com certeza, essa mudança acarretará aumento na tarifa e prejuízos para a população”, destaca Sílvio



▲ Dirigentes urbanitários reunidos em Brasília

Sá, lembrando que a água é um bem finito essencial para a vida, e não pode estar nas mãos da iniciativa privada, que só visa lucro, não o interesse público e coletivo. “Água não é mercadoria, é vida!!”, defende.